



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

EXPERIÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PANDEMIA DE COVID-19: CONSTRUÇÃO DE UM PLANO POPULAR URBANÍSTICO PARA A COMUNIDADE DA ÁFRICA, REDINHA - NATAL/RN.

Juliana Silva Barros (Universidade Federal do Rio Grande do No) - juliana.barros@ufrn.abea.arq.br
Arquiteta e Urbanista pela UFRN. Arquiteta colaborada do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) Maré da UFRN. Pesquisadora da Rede Moradia-Assessoria.

Amíria Bezerra Brasil (Universidade Federal do Rio Grande do No) - amiriabrasil@gmail.com
Arquiteta e Urbanista pela UFC. Mestre em Desenvolvimento Urbano pela UFPE. Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela USP. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN.

Experiência de participação social na pandemia de Covid-19: construção de um plano popular urbanístico para a comunidade da África, Redinha - Natal/RN

INTRODUÇÃO

O município de Natal, capital do Rio Grande do Norte, como várias outras cidades brasileiras, foi marcado por um crescimento urbano acelerado e pela desigualdade de acesso à terra. De acordo com Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva (2003), entre as décadas de 1950 e 1990 a urbanização da cidade esteve atrelada à construção de loteamentos privados e conjuntos habitacionais de um lado, e à criação de loteamentos irregulares do outro. Uma parcela desses espaços sem registro ou aprovação na prefeitura são vistos como alternativas de moradia à população de baixa renda que não consegue acessar o mercado formal, se constituindo em áreas com ausência de infraestrutura e acesso à serviços urbanos, o que contribui para a concentração de espaços de pobreza urbana, principalmente na Região Administrativa Norte e Oeste da cidade. De acordo com dados do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), em 2013, a cidade possuía 70 assentamentos informais, nos quais residiam entre 10% e 13% da população (NATAL, 2013).

Um exemplo desses assentamentos é a comunidade da África, localizada no bairro da Redinha, Região Administrativa Norte do Município de Natal, a qual é reconhecida como Área Especial de Interesse Social (AEIS), por meio da Lei Complementar nº 07/1994, Plano Diretor do município. Por se tratar de um território originado de maneira informal, a África ocupa áreas ambientalmente frágeis, carece de infraestrutura urbana e possui moradias com precariedades habitacionais. Dessa forma, é uma comunidade que se enquadra em uma situação de vulnerabilidade social e que ocupa área de grande potencial paisagístico e fragilidade ambiental, o que abre margens para explorações do mercado imobiliário e para intervenções públicas que não consideram as dinâmicas locais.

O território foi anteriormente selecionado para receber diversas ações de melhorias habitacionais e urbanização, e um processo de regularização fundiária. Dentre elas, destaca-se a primeira ação no ano de 1993, quando a África foi contemplada para receber um projeto de melhoria habitacional e implantação de infraestrutura com recursos federais do Programa Habitar Brasil em Natal. De acordo com Emmanuela Arimateia (2006), o Programa foi uma experiência pioneira no município e acabou apresentando problemas na sua implementação, em virtude de os projetos estarem desarticulados com as fragilidades da área de intervenção e com o contexto da legislação urbanística e ambiental do município. Dando continuidade às intervenções do Habitar, a Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes (SEHARPE), elaborou em 2005 o Projeto África Viva, com recursos oriundos do Habitar Brasil BID. As propostas envolviam a construção de equipamentos comunitários, melhorias na infraestrutura, e projetos relacionados à habitação, como regularização fundiária e construção de casas relocadas, segundo Luís Renato Nogueira da Rocha (2018).

Conforme uma pesquisa desenvolvida por Ferreira et al. (2015), o projeto contou com a inserção da população local no planejamento das ações, contudo, embora uma parcela dos objetivos tenha sido executada, boa parte das obras ainda estavam atrasadas em 2015, devido a impasses administrativos, problemas com as licitações e recursos orçamentários da Prefeitura (ROCHA, 2018). Dessa forma, destaca-se que essas ações foram marcadas por problemas relacionados à gestão, conexão de ações e pela ineficiência em reconhecer as realidades locais. Logo, foram limitadas para reverter o cenário de vulnerabilidade social e desigualdade socioespacial vivenciado pelos moradores.

Dentro desse contexto, o campo de trabalho das assessorias técnicas se destaca com experiências metodológicas - etapas, métodos e técnicas - que possuem uma abordagem aprofundada na tentativa de compreender as reais necessidades dos territórios e das famílias que neles vivem na busca pela efetivação do direito à moradia e à melhoria das condições de vida. Denise Nascimento (2019, p. 244) define a assessoria como “aquela onde o arquiteto, proponente e mediador da informação técnica, assessora os moradores no processo de projetar e de construir, preservando o seu poder de tomada de decisão”. Assim, é possível adotar estratégias capazes de ampliar a troca de informações entre profissionais e moradores, por meio de uma comunicação não impositiva e não assistencialista, numa tentativa de assegurar a autonomia dos usuários sobre as decisões.

O envolvimento dos moradores com o processo pode ser um dos fatores que auxiliam em resultados positivos nas urbanizações de favelas, como apontado por Laura Machado Mello Bueno (2000, p. 123), “a participação popular no processo de urbanização da favela é imprescindível e específica - desde o acompanhamento do projeto, conhecimento do cronograma de obras, até as ações de educação sanitária e ambiental”. Essa participação é fundamental para que os moradores possam reivindicar suas demandas, entender e acompanhar o desenvolvimento das ações, visto que as obras afetam o dia a dia das pessoas. Nesse contexto, a comunidade participa na tomada de decisões e na realização das intervenções.

Este artigo, portanto, busca apresentar e discutir uma alternativa de metodologia participativa de intervenção em território popular, com base na experiência de participação social durante o desenvolvimento de um trabalho final de graduação (TFG). Este TFG elaborou um processo participativo de leitura técnica e comunitária da comunidade da África que tinha como objetivo a elaboração de um Plano Popular Urbanístico para o território, que fosse capaz de considerar as demandas da população e reconhecer as potencialidades pré-existentes nesse local por meio da articulação de métodos utilizados pelo campo de assessoria técnica. Desse modo, apesar da pandemia, este plano buscou incentivar espaços de participação dos moradores, a fim de torná-los protagonistas no processo de elaboração e construção das ações. Além disso, objetiva-se com este artigo destacar como a assistência técnica a habitação de interesse social (ATHIS) e a atuação das assessorias técnicas foram inseridas nas propostas finais do Plano.

BATENDO UM PAPO COM O TERRITÓRIO

Entender o processo do TFG como um todo permite uma melhor compreensão das etapas que foram necessárias para garantir a participação social dos moradores. Os dois primeiros capítulos do trabalho são compostos pelo referencial teórico-conceitual fundamental para a compreensão da temática dos assentamentos informais e da atuação das assessorias técnicas. Além disso, foram selecionadas experiências de urbanização de favelas realizadas por assessorias técnicas que trazem a participação social nos seus processos de planejamento, a fim de analisar como aplicá-las em um Plano Popular Urbanístico para a comunidade da África. Assim, foram discutidos conceitos como participação social e autogestão, com base na pesquisa bibliográfica que utilizou materiais que discorrem acerca dessa temática. Em seguida, o capítulo 3 compreende as etapas de leitura técnica e comunitária das especificidades do território da comunidade da África, logo discutiram-se as características socioambientais, com destaque para as áreas de fragilidade ambiental, os condicionantes legais que incidem sobre o território da comunidade, dados socioeconômicos sobre os moradores, o contexto histórico de ocupação e o processo participativo desenvolvido. Por fim, o capítulo 4 apresentou a sistematização dos dados obtidos e das propostas finais que compõem o Plano Popular Urbanístico.

A comunidade da África (figura 1) é um assentamento informal localizado no bairro da Redinha, na cidade de Natal/RN, estando inserida em um contexto urbano de um bairro e de uma Região Administrativa que sofrem com a escassez de investimentos públicos e privados, embora localiza-se em um território com um considerável potencial turístico, ambiental e cultural. Conforme o macrozoneamento disposto no Plano Diretor vigente desde 2007, a Redinha integra a Zona de Adensamento Básico do município, que possui coeficiente de aproveitamento básico de 1,2. O bairro pertence à área da cidade delimitada como Mancha de Interesse Social (MIS), caracterizada por abrigar famílias com renda familiar predominante de até 3 salários mínimos. A MIS abarca a AEIS da África, que compreende a parte central do território da comunidade, sendo estabelecida devido aos seus atributos morfológicos e a dimensão socioeconômica e cultural da população. A África é caracterizada como AEIS do Tipo I: “terrenos ocupados por favelas [...] e assentamentos que [...] evidenciam fragilidades quanto aos níveis de habitabilidade, destinando-se à implantação de programas de urbanização e/ou regularização fundiária” (NATAL, 2007, Art. 22, inciso I).



Figura 1: Recorte de estudo da comunidade da África. Fonte: Acervo das autoras, 2021.

Ressalta-se que a comunidade da África teve sua área inicialmente delimitada pelo decreto nº 4985 de 1993 com 24,73 ha, para fins de execução do Projeto de Urbanização da comunidade pelo Programa Habitar Brasil, foi reconhecida como AEIS desde o Plano Diretor de 1994, foi delimitada e regulamentada pela Lei específica nº 5.681/2005 com aproximadamente 40 ha e reafirmada pelo PDN de 2007. Contudo, a normativa da AEIS permanece até o presente momento sem uma regulamentação urbanística, considerado um importante instrumento na luta para efetivação do direito à moradia e à cidade.

Somado a isso, a comunidade encontra-se dentro do perímetro da Zona Especial de Interesse Turístico (ZET) 4, que tem como objetivo proteger os bens de valor natural e cultural presentes nesta zona. Entretanto, atualmente a ZET 4 está em processo de regulamentação e carece de diretrizes urbanísticas e de políticas de desenvolvimento sustentável, conforme relatório elaborado pela SEMURB (2015). Ainda segundo o Plano Diretor (2007), a África encontra-se nas margens da ZPA 9, reconhecida como Ecossistema de Lagoas e Dunas ao longo do rio Doce e da ZPA 8 – Ecossistema Manguezal e Estuário do Potengi/Jundiaí.

Além das zonas e áreas especiais definidas pela legislação urbana de Natal, uma parcela da comunidade, sendo um pequeno trecho em Natal e um maior correspondente ao município de Extremoz, encontra-se inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) de Jenipabu. A APA é uma Unidade de Conservação do Estado do Rio Grande do Norte instituída pelo Decreto Estadual nº 12.620 de 1995, criada com o objetivo de “ordenar o uso, proteger e preservar: os ecossistemas de praias, mata atlântica e manguezal; lagoas, rios e demais recursos hídricos; dunas; espécies vegetais e animais” (RIO GRANDE DO NORTE, 1995, art. 2). Destaca-se que há uma interseção da ZPA 09 com a APA de Jenipabu em Natal. Acrescenta-se ao recorte de estudo a presença de duas Áreas de Proteção Permanente (APP), as margens do rio Doce e as dunas,

conforme a Lei Federal nº 12.651, de 2012, que dispõe acerca do novo Código Florestal Brasileiro. Embora exista a proteção pela legislação, é possível observar a presença de ocupações nessas áreas, que por se tratarem de locais fora do alcance do mercado imobiliário, se tornam uma alternativa de habitação para a população de baixa renda, a qual não detém os recursos financeiros para acessar moradias adequadas, sendo um reflexo da ausência de políticas habitacionais destinadas a esses grupos.

Ademais, é importante destacar a presença das dunas dentro do território da comunidade e nos seus limites. Por se enquadrarem como APP's, a legislação estabelece que as dunas devem receber a proteção adequada para manter a integridade dessas áreas, que de acordo com a Resolução nº 303/2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), desempenham um papel fundamental “na dinâmica da zona costeira, no controle dos processos erosivos e na formação e recarga de aquíferos; excepcional beleza cênica e paisagística das dunas, e a importância da manutenção dos seus atributos para o turismo sustentável”.

Isto posto, as ocupações na APP das margens do rio, bem como a existência de habitações na APP das dunas (figura 2), configuram áreas de fragilidade ambiental. Nas palavras de Christiane Spörl e Jurandyr Ross (2004) os ambientes naturais apresentam maior ou menor fragilidade em função das suas características e de intervenções humanas que possam comprometer a funcionalidade do sistema e o seu equilíbrio, podendo propiciar situações de risco como erosão, deslizamentos e perda de qualidade das águas de superfície. Ainda segundo os autores:

A identificação dos ambientes naturais e suas fragilidades potenciais e emergentes proporcionam uma melhor definição das diretrizes e ações a serem implementadas no espaço físico-territorial, servindo de base para o zoneamento e fornecendo subsídios à gestão do território. (SPÖRL; ROSS, 2004, p.40)



Figura 2: Habitações na APP das margens do Rio Doce e nas dunas. Fonte: Street View e Campos, 2018.

Portanto, dentro de um contexto de tratamento dos conflitos urbano-ambientais deve-se buscar compreender a transformação da natureza pela produção do espaço no capitalismo, não se limitando a entender a dimensão ambiental apenas pela necessidade de proteção do ambiente desassociada ao contexto de desigualdade social decorrente da disputa pelo acesso à terra (DENALDI; FERRARA, 2018). Deste modo, as áreas de fragilidade ambiental da África foram analisadas tanto do ponto de vista ambiental, buscando a

preservação e a recuperação desses ecossistemas que são afetados pelas intervenções humanas, como da perspectiva habitacional e socioeconômica, uma vez que essas moradias apresentam estruturas precárias e estão sujeitas a situações de risco como alagamentos e deslizamentos, logo, foram buscadas soluções que pudessem garantir o direito à moradia dessa população.

INTERVENÇÕES NO TERRITÓRIO

Dentro do processo de leitura do território, entender como ocorreram e quais foram os resultados das intervenções anteriores é de extrema importância para construção de novas propostas. Desse modo, em 1993 Natal foi escolhida para receber a implementação do Programa Habitar Brasil BID, do Governo Federal e com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que objetivava realizar melhorias de moradia das famílias de baixa renda em cidades com população superior a 50 mil habitantes (ARIMATEIA, 2006). Segundo a autora, a cidade foi selecionada em virtude do contexto de mobilização decorrente da reformulação do Plano Diretor, onde estavam sendo realizados estudos urbanísticos e habitacionais, com destaque para o levantamento sobre as favelas de Natal. Assim, a comunidade da África foi escolhida para receber o Programa por ser considerada: uma ocupação superior a 5 anos, em área de risco, alto índice de insalubridade e sem acesso a serviços de infraestrutura (ARIMATEIA, 2006).

O Programa, que se enquadra como uma urbanização de favelas, previa: realização de melhorias habitacionais; construção de novas unidades; infraestrutura básica – energia e saneamento básico; construção de equipamentos comunitários – creche-escola e salão de múltiplas atividades; e legalização fundiária (CAMPOS, 2018). O processo de execução das obras ocorreu entre 1993 e 1994, contudo, segundo Arimateia (2006), apesar dos avanços na infraestrutura e nas condições habitacionais, o Programa estava desarticulado com as características ambientais da área. Dessa forma, algumas obras não foram concluídas, a exemplo dos equipamentos, e vários problemas permaneceram, como alagamentos, esgoto a céu aberto e fossas improvisadas. Além disso, destaca-se que algumas habitações foram construídas dentro da ZPA já reconhecida pelo Plano Diretor de 1994. Entretanto, Arimateia (2006) afirma a importância do Programa como uma ação pioneira e um marco para as políticas públicas.

O Habitar Brasil chegou a ser retomado na África em 2005, dessa vez como um Projeto Integrado de Urbanização o nome de “África Viva”, por iniciativa da SEHARPE, utilizando ainda recursos do BID incorporados ao PAC, e do PAT-PROSANEAR (FERREIRA et al., 2015; ROCHA, 2018). Eram previstas ações como: construção de unidades habitacionais; trabalho social com ações de fortalecimento da organização comunitária; educação sanitária e ambiental; ações para geração de ocupação e renda; construção e reforma de equipamentos comunitários – escola, creche, unidade de saúde e centro multifuncional; e implantação de infraestrutura – drenagem, pavimentação, abastecimento de água e esgotamento sanitário (FERREIRA et al., 2015).

Segundo Glenda Ferreira et al., (2015, p. 9) a participação dos moradores foi considerada e estimulada desde o início, “revelando a importância do fortalecimento e da consolidação de processos de gestão democrática e

participativo”. Durante o desenvolvimento foram eleitos representantes locais, foram criados grupos temáticos de participação comunitária para discutir temas específicos. De acordo com uma entrevistada que participou da mobilização, ela afirma que:

Foi pensado tudo que a comunidade não tinha. Desde o orelhão, até uma escola. Eu sempre digo que eles se achavam excluídos. O projeto foi a parte de humanização daquela comunidade que não existia, eles eram totalmente desassistidos de tudo. Eles não tinham acessibilidades. Eles não tinham direito a chamar uma ambulância porque não conseguiam que a ambulância chegasse lá. Ainda falta muita coisa. Mas muita coisa já foi feita (FERREIRA et al., 2015, p. 11).

Contudo, embora a inserção da população tenha contribuído para a execução das ações, o projeto chegou a ser interrompido por diversos motivos, como mudanças de gestão da Prefeitura, problemas com licitação e com licenciamentos ambientais (ROCHA, 2018). Segundo afirma Rocha (2018) as obras do primeiro contrato, de 2004, estavam apenas 34,5% executadas e do segundo, de 2005, eram 56,57%, segundo base de dados da CEF. Ressalta-se que segundo o Projeto Executivo do Reassentamento (VBA, 2005) era prevista a realocação de cerca de 200 habitações nas seguintes situações de ocupação: nas dunas; margens do rio Doce; áreas que impediriam as obras de infraestrutura; casas alugadas; e famílias coabitantes (VBA, 2005). As novas unidades habitacionais seriam construídas em vazios urbanos existentes na própria área de intervenção. Após a desocupação seriam realizadas a limpeza da margem direita do Rio Doce e da duna no limite com o município de Extremoz, bem como a construção de um calçadão nas margens com quiosques. Contudo, nenhuma dessas obras foi realizada até o período de elaboração desta pesquisa.

No âmbito do projeto “África Viva” foi realizado um processo de regularização fundiária pela SEHARPE, que abrangeu todo o território delimitado como parte da AEIS da África, conforme a lei nº 5.681, contudo destaca-se que nem toda a área chegou a ser devidamente regularizada, em virtude de a AEIS compreender uma área de domínio público e uma de domínio privado, reconhecida como Loteamento Caiana. Segundo consulta realizada à técnicos da SEHARPE, o Loteamento Caiana não pode ser regularizado por apresentar irregularidades com a titularidade dos terrenos, além de parte dos imóveis ter sido desapropriada em função de obras do Projeto Viário do Pró-Transporte¹, de forma que a área restante possuía dimensões muito pequenas para ser adequada a um novo contrato de serviços.

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Reconhecendo as limitações da leitura técnica para uma compreensão mais aprofundada do território e reafirmando a importância da participação dos moradores em processos de planejamento, o desenvolvimento da leitura

¹ As obras do Projeto Pró-Transporte, em 2018, ocasionaram a desapropriação de diversas casas da comunidade ao longo da Rua Conselheiro Tristão e acarretaram na formação de uma barreira física constituída por uma via de alta velocidade e intenso fluxo, de acordo com Camila Furukava (2018).

comunitária foi muito importante para o cumprimento dos objetivos desse trabalho. É importante destacar que se tinha consciência das limitações de propor um trabalho participativo, devido ao curto tempo de desenvolvimento (o tempo acadêmico do TFG), considerando que boa parte das ações com participação social envolvem longos processos. Somado a isso, o fato de o trabalho acontecer durante a pandemia de Covid-19 trouxe ainda mais dificuldades de tempo e de contato com os moradores, além dos demais impactos causados na vida das pessoas. Ainda assim, optou-se por tentar desenvolver um trabalho participativo por meio de estratégias que pudessem possibilitar a participação dos moradores e a escolha das metodologias ocorreu ao longo do processo, a partir dos casos estudados.

O primeiro passo, foi entrar em contato com algumas lideranças comunitárias ou atores sociais que desenvolvessem algum tipo de trabalho na comunidade, para que eles pudessem fazer uma ponte de comunicação com os moradores. Desse modo, conseguiu-se o contato de 4 pessoas, sendo 3 delas responsáveis pela gestão e coordenação de projetos sociais e culturais na comunidade e uma psicóloga, atualmente coordenadora do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) África. Em virtude da pandemia, foram realizadas videochamadas, utilizando os aplicativos gratuitos do WhatsApp e o Google Meet. Esses diálogos, que ocorreram no formato de entrevista aberta, serviram para conhecer um pouco sobre cada um dos projetos, como tempo de atuação, objetivos, princípios, o público e as atividades desenvolvidas. Também foi discutido de que forma poderia ocorrer o contato com os moradores, então, a partir disso começaram a ser pensadas as estratégias de comunicação. Esses atores indicaram algumas pessoas que talvez tivessem interesse e somada a isso foram distribuídos convites para participação nas atividades do TFG no próprio espaço do CRAS. Em virtude de algumas pessoas não terem fácil acesso à celulares e à internet, os contatos foram divididos em grupos de atividades virtuais e grupos presenciais.

Para dar início ao desenvolvimento da leitura comunitária tendo como princípio a participação social, optou-se por utilizar a metodologia de pesquisa qualitativa, que pode ser definida como um estudo interpretativo que “reconhece que as descobertas e os relatórios são frutos de interações entre o pesquisador e os sujeitos”, como afirma Robert Stake (2011, p. 25). O autor aponta que os estudos qualitativos possibilitam a compreensão de percepções individuais, buscando retratar o ponto de vista das pessoas a partir da interpretação. De maneira semelhante, Miriam Goldenberg (2004), pautada nos conceitos de Wilhelm Dilthey, discorre que as ciências sociais lidam com emoções, valores e subjetividades, que não podem ser conhecidos de forma objetiva ou quantificados. Dessa forma, ainda com base em Dilthey, a autora traz o conceito das ciências sociais “que visa à compreensão interpretativa das experiências dos indivíduos dentro do contexto em que foram vivenciadas” (GOLDENBERG, 2004, p. 19).

Escolhida a metodologia, a ferramenta de pesquisa que envolvia comunicação e coleta de informações que se julgou mais se adequar aos grupos e ao tempo deste trabalho, era a entrevista semiestruturada. No início, o objetivo era evitar ao máximo a utilização de perguntas, a fim de possibilitar que os moradores falassem livremente sobre qualquer assunto que julgassem importante, contudo, devido às limitações de comunicação, principalmente nos

meios virtuais, optou-se por construir um roteiro de entrevista semiestruturada. De acordo com Cecília Minayo (2008) pode-se considerar as entrevistas como uma conversa com finalidade e o tipo semiestruturado diz respeito à uma combinação de perguntas abertas e fechadas, “em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada (MINAYO, 2008, p. 64).

Dessa forma, a partir de leituras prévias do território e dos objetivos deste trabalho, foram definidas perguntas em 7 eixos temáticos: pertencimento; infraestrutura e meio ambiente; mobilidade; serviços; cultura e lazer e segurança. Cada eixo buscava compreender a percepção dos moradores acerca de aspectos relacionados aos temas. Destaca-se que as perguntas iam sendo acrescentadas ou retiradas no decorrer das conversas, visto que em alguns casos os moradores já comentavam os temas sem a necessidade do uso das perguntas.

Somado a isso, tendo como referência as oficinas temáticas da Peabiru TCA, buscou-se compreender o campo da cartografia social. Para Henri Acselrad e Rodrigo Viégas (2013, p. 17) a cartografia social “pode ser entendida como a apropriação de técnicas e modos de representação cartográficos modernos por grupos sociais historicamente excluídos dos processos de tomada de decisão”. Segundo os autores, de acordo com cada contexto e propósito, essas cartografias são consideradas ação política das comunidades, podendo contribuir para dar visibilidade aos grupos, seus territórios, identidades, conflitos e lutas por reconhecimento de direitos, além de ser uma forma de unir o saber técnico com o saber tradicional (ACSERLRAD; VIÉGAS, 2013).

No contexto do TFG, a cartografia social assumiu um papel afetivo, com o intuito de ser uma ferramenta capaz de traduzir a percepção e vivência dos moradores, bem como espacializar no território o que estava sendo discutido. Assim, foi produzido um mapa físico (figura 3) para ser utilizado durante os diálogos com os moradores e foi criado um grupo no Whatsapp com alguns moradores que tinham acesso à internet. Neste grupo ocorreram conversas e atividades para a leitura do território, que no início foram feitas por mensagens, vídeos e fotos, contudo, observou-se que a comunicação era bastante limitada. Logo, optou-se por realizar chamadas individuais de vídeo no próprio WhatsApp, fazendo o uso do roteiro de perguntas e do mapa físico para identificação de problemas e potencialidades na comunidade. Durante as chamadas era possível filmar o mapa físico a fim de que os diálogos acontecessem de maneira mais interativa e dinâmica, de forma que os moradores se sentiam mais à vontade para localizar os pontos e trocar as informações. Além desses diálogos virtuais, surgiram oportunidades de conversas presenciais, que foram realizadas seguindo protocolos de segurança devido à pandemia de Covid-19.



Figura 3: Mapa físico utilizado com os moradores. Fonte: Acervo das autoras, 2021.

Em resumo, foram desenvolvidas duas atividades presenciais (figura 4), sendo a primeira delas realizada com um grupo de 4 moradoras e 4 crianças. Neste encontro o roteiro de perguntas foi utilizado apenas com os adultos, enquanto o mapa físico possibilitou a conversa e a marcação dos pontos com ambos os grupos. Com o grupo de crianças, o mapa serviu para o reconhecimento de pontos relevantes para eles, como o local onde moravam, onde estudavam, brincavam e locais que não gostavam. Além disso, foi proposta uma atividade de desenho, para que eles retratassem coisas que gostariam que existisse na comunidade, como um desenho dos desejos, com o intuito de auxiliar na compreensão da percepção desse grupo. De forma semelhante, essas atividades foram desenvolvidas em outro momento com alguns alunos de um dos projetos sociais que integraram o trabalho. Desse modo, durante o encontro participaram 7 crianças de diferentes idades, e com elas a proposta dos desenhos tinha o objetivo de apreender lugares ou coisas que elas não gostavam, bem como fazer o desenho dos desejos.



Figura 4: Processo de participação social. Fonte: Acervo das autoras, 2021.

O PLANO POPULAR URBANÍSTICO

Para iniciar a elaboração do plano todas as informações e dados obtidos foram sistematizados em eixos temáticos, com o intuito de agrupar características semelhantes que possibilitassem uma melhor leitura do que foi discutido e auxiliassem na elaboração dos objetivos geral e específicos. Dessa forma, foram definidos 4 eixos: habitação; infraestrutura; cultura, turismo e meio

ambiente; e espaços livres e equipamentos urbanos. Dentro de cada um desses eixos as informações foram separadas entre problemas e potencialidades e após a análise desses dados foi possível estabelecer o objetivo geral, a partir do que foi possível discutir e entender como necessidades e desejos dos moradores durante o processo participativo. Em seguida, a partir desse objetivo foram definidos 4 objetivos específicos para cada um dos eixos de atuação, com o intuito de englobar todas as demandas que foram observadas durante a leitura do território. Assim, o objetivo do eixo de habitação era incentivar a permanência dos moradores no território da comunidade; no eixo de infraestrutura o objetivo era incentivar melhorias no sistema de infraestrutura urbana; no eixo de cultura, turismo e meio ambiente era incentivar o desenvolvimento da sustentabilidade sociocultural, ecológica e econômica; e por fim, no eixo de espaços livres e equipamentos urbanos o objetivo era incentivar diversidade de usos e atividades nos espaços livres públicos e equipamentos urbanos.

Os objetivos específicos de cada eixo deram origem as diretrizes que serviram para orientar e agrupar as futuras ações (figura 5). Sendo assim, o eixo de habitação agrupa diretrizes que possam fortalecer a relação da população da África com o território e possibilitar a garantia do direito à moradia. Na sequência, o eixo de infraestrutura estabelece diretrizes que promovam melhorias nesse sistema. Posteriormente, o eixo de cultura, turismo e meio ambiente foi estruturado de forma que sejam explorados os potenciais culturais, turísticos e paisagísticos já existentes na área da comunidade. Por fim, o eixo de espaços livres e equipamentos urbanos engloba diretrizes para qualificação desses locais e para criação de novas instituições.



Figura 5: Eixos e diretrizes. Fonte: Acervo das autoras, 2021.

A assessoria técnica foi trazida para a proposta final por meio das estratégias que tinham o intuito de estabelecer de que forma as ações do Plano Popular poderiam ser viabilizadas. Visto que, entende-se que é necessário que haja articulações entre as diferentes instâncias da sociedade, como o poder público, os técnicos envolvidos no planejamento e na execução das ações e a população. Logo, foi definida uma estratégia geral para a criação de um Programa Municipal de assistência técnica, com base na Lei Orgânica do

município de Natal (NATAL, 1990), a qual afirma em seu artigo 120 que cabe ao município promover programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico. Assim, seria elaborado um programa que pudesse obter recursos para promoção de ações de assistência técnica em diferentes territórios da cidade, não apenas na comunidade da África. Além disso, um programa poderia garantir a continuidade das ações, uma vez que intervenções em assentamentos informais demandam tempo e recursos para o desenvolvimento e execução de propostas adequadas às demandas de cada local.

Somado a isso, foi proposta uma parceria entre a Prefeitura e o CAU/RN para uma atuação conjunta, a fim de promover a assistência técnica pública e gratuita para as famílias de baixa renda, com base na Lei Nº 11.888 (BRASIL, 2008). Destaca-se que já existem experiências desse tipo, a exemplo de um edital de ATHIS em 2019, promovido pelo CAU/RN e pela SEHARPE, contudo, foram ações muito pontuais, portanto, propõe-se a criação de parcerias de maior duração e com uma maior estrutura. Além disso, dentro do contexto da intervenção na África, para desenvolver e executar o plano urbanístico seria necessário criar uma equipe de AT multidisciplinar com profissionais de áreas como arquitetura e urbanismo, engenharia, assistência social, biologia, entre outras. Uma possibilidade para formação dessa equipe seria a criação de um setor responsável pelas ações de assistência técnica em alguma das secretarias da Prefeitura, como a SEHARPE, e os profissionais que iriam compor a equipe poderiam ser selecionados por meio de chamamentos públicos em parceria com o CAU/RN e com outros conselhos. Por fim, também foram propostas outras estratégias como a obtenção de recursos externos por meio de editais nacionais ou internacionais, parcerias com instituições de ensino superior, como a UFRN, e técnicas, e ações de mobilização e organização comunitária.

Além das estratégias de gestão apresentadas, cada eixo de atuação possui estratégias mais específicas que indicam possibilidades de utilização de recursos municipais previstos na lei orçamentária de Natal, articulações entre diferentes secretarias da Prefeitura, mobilizações comunitárias e outras parcerias. Essas estratégias seriam desenvolvidas pela equipe de assessoria técnica dentro do contexto de atuação no programa municipal de assistência técnica. Considerando o exposto, a partir da definição dos eixos de atuação, dos objetivos e das estratégias de gestão, foram propostas ações articuladas a diferentes problemas e potencialidades dentro de cada um dos eixos. Além dessas ações, também foram utilizados alguns instrumentos já previstos na legislação municipal, como a regulamentação de leis específicas para que sejam garantidas as condições adequadas de direito à cidade e à moradia. Em seguida, para que fosse possível uma melhor visualização das propostas de intervenção, algumas ações foram espacializadas ao longo do território da África (figura 6). Percebe-se que, embora as ações tenham sido divididas em diferentes eixos, foi construída uma articulação entre as propostas, de forma que o Plano foi estruturado prevendo uma atuação integrada que fosse capaz de preservar a identidade da comunidade e dialogar com a dinâmica já existente.

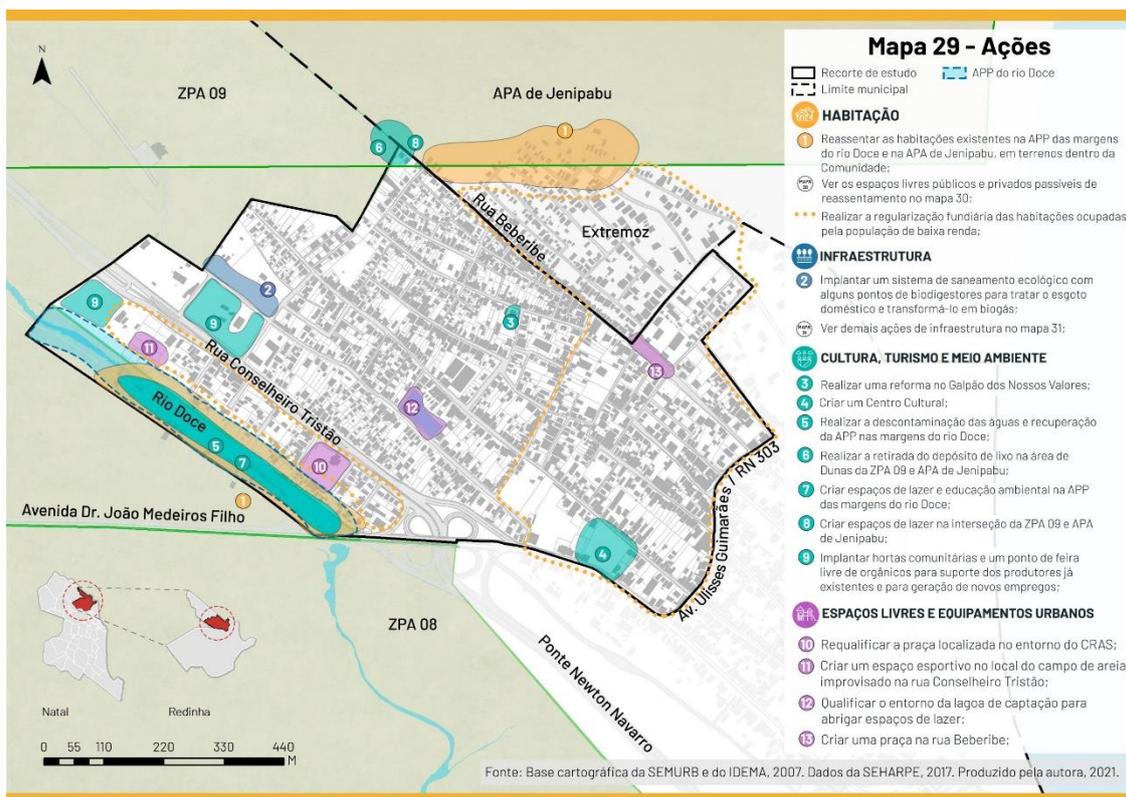


Figura 6: Mapa de ações. Fonte: Acervo das autoras, 2021.

Dentre as ações propostas no Plano, optou-se por destacar neste artigo aquelas que estão inseridas no eixo de habitação. Desse modo, a primeira ação apresentada diz respeito a proposta de reassentamento das habitações que ocupam as margens do rio Doce, dentro da APP, e da APA Jenipabu tem como propósito garantir a permanência dos moradores dentro do território da África e integrar as famílias no processo de produção das novas moradias. A fim de indicar as áreas livres passíveis de intervenção para o reassentamento das habitações que precisariam ser removidas, por inserção na APP do rio Doce, na APA de Jenipabu e em possíveis situações de risco nas proximidades dessas áreas, foram identificadas áreas ociosas e lotes subutilizados, que de acordo com as observações via satélite e *in loco* aparentemente não estão cumprindo sua função social prevista no art. 5 do Plano Diretor de Natal (NATAL, 2007).

Essa ação necessitaria de uma atuação conjunta entre a Prefeitura, os técnicos e os moradores, para que fosse possível executar a proposta considerando as reais necessidades habitacionais das pessoas que seriam reassentadas. Isto posto, a equipe de AT responsável pelo plano deveria desenvolver o cadastro das famílias que habitam esses locais e realizar um trabalho social, juntamente com a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS), para envolver os moradores durante as etapas de planejamento, a fim de que eles compreendam suas responsabilidades e para prepará-los para as mudanças decorrentes da realocação. Assim, constituídos os grupos com representantes das famílias e contabilizado o número de novas habitações que precisam ser construídas, seriam selecionados os terrenos disponíveis para o reassentamento a partir dos levantamentos mais aprofundados das áreas livres passíveis de intervenção.

Para que ocorra simultaneamente, foi proposto um processo de auto-gestão, de forma que os recursos para construção das habitações sejam geridos pela associação de moradores junto com as famílias envolvidas no reassentamento, logo, os moradores iriam adquirir mais autonomia durante o processo. Desse modo, considerando o alto índice de desemprego na comunidade, antes das obras seriam ofertadas ações de capacitação dos moradores para construção de habitação e execução de melhorias habitacionais, de forma que as novas moradias sejam produzidas pela própria população que teria seus serviços remunerados pela associação. Sendo assim, essas pessoas iriam produzir os projetos junto com a equipe de assessoria, não sendo adotados modelos padrões de habitação para que essas novas moradias fiquem mais adequadas à cada contexto. Além disso, a depender dos recursos disponíveis, a Prefeitura deveria disponibilizar todo o material de construção necessário e os recursos para que seja possível remunerar não apenas os moradores que irão autoconstruir suas casas, mas também aqueles que optarem por terceirizar os serviços de construção. Os moradores só seriam removidos de suas residências atuais quando as novas moradias estivessem concluídas, de forma a evitar custos com aluguéis temporários. Destaca-se que mesmo após a conclusão de todo o processo de reassentamento, os moradores devem continuar recebendo acompanhamento social da SEMTAS e da equipe de assessoria caso necessário.

A partir da finalização dessa ação essas áreas antes ocupadas por habitações, passam a integrar o eixo de cultura, turismo e meio ambiente, dentro das diretrizes de ações de recuperação ambiental e de favorecimento de educação ambiental e preservação das áreas de proteção ambiental. Sendo assim, concluído o reassentamento, as moradias desocupadas seriam demolidas pela Prefeitura, para que em seguida seja iniciado o processo de recuperação ambiental da APP do rio Doce e da área das dunas. Na área do rio seria realizada uma ação de descontaminação das águas e de melhorias e manutenção da vegetação existente. Paralelamente a essas atividades, seriam construídos espaços de lazer e educação ambiental nesse local, com o intuito de aproveitar o potencial natural da área, promover outras formas de apropriação e limitar que sejam construídas novas ocupações na APP (figura 7).



Figura 7: Ilustrações da ação para criação de espaços de lazer e educação na APP do Rio Doce após o reassentamento da população. Fonte: Acervo das autoras, 2021.

Além disso, essa ação prevê a construção de quiosques para abrigar atuais comerciantes da área e poderá auxiliar na geração de novos empregos e renda. Inicialmente o espaço de lazer possuirá atividades de educação ambiental promovidas em parceria com instituições de ensino. Destaca-se a possibilidade de que a longo prazo, com a obtenção dos recursos necessários, seja construído um Parque Linear nas margens do rio Doce, que disponha de espaços como centro de pesquisa e de educação ambiental, capaz de incentivar o desenvolvimento da sustentabilidade ecológica, econômica e de estimular o turismo.

De maneira semelhante a ação na área do rio Doce, é proposta uma intervenção para criação de espaços de lazer nas dunas onde ocorre a interseção da ZPA 09 e da APA de Jenipabu. O local pensado para intervenção apresenta um gradativo aumento de novas ocupações e é utilizado pelos moradores como depósito de lixo, o que gera grandes impactos negativos para preservação da área. Dessa forma, considerando que as dunas já são apropriadas pela população como um local de lazer e se caracterizam como um importante potencial natural, paisagístico e turístico da comunidade, a ação prevê a implantação de um mirante e de equipamentos que promovam a permanência e a recreação infantil.

Essa ação foi estruturada como forma de solucionar os problemas existentes no local, aproveitar as potencialidades e de limitar o aumento de novas construções na área. Equivalente a proposta do rio Doce, também se considera a possibilidade de execução futura de um Centro de Educação Ambiental no local, que poderia contribuir na geração de novos empregos e incentivar ações de turismo ecológico. É importante ressaltar que em ambas as intervenções, os usos propostos são permitidos conforme o Código Florestal (BRASIL, 2012), o Plano de Manejo da APA de Jenipabu, de 2009 e a proposta de regulamentação da ZPA 09, de 2010.

Dentro do eixo de habitação, destaca-se também a proposta de realizar a regularização fundiária das habitações ocupadas pela população de baixa renda que não foram atendidas no processo anterior. Essa ação foi pensada devido ao fato de que o processo de regularização realizado anteriormente pela SEHARPE englobou apenas a área delimitada pela AEIS, de forma que algumas habitações localizadas além desses limites continuam apresentando irregularidades fundiárias, o que compromete a garantia do direito à moradia adequada. Sendo assim, é proposto que seja realizado um processo de regularização fundiária urbana de interesse social, por meio de uma legitimação fundiária coletiva prevista no artigo 23 da Lei nº 13.465 (BRASIL, 2017). Desse modo, seriam contempladas as famílias de baixa renda que ocupam o território reconhecido pelos moradores como a comunidade da África. Esse processo seria desenvolvido pela equipe de assessoria técnica e pela SEHARPE.

Ainda no mesmo eixo, são propostas ações de melhorias habitacionais com o objetivo de solucionar os problemas de precariedade existentes na comunidade. Essa ação dialoga com o fato de que o déficit habitacional qualitativo, que é calculado a partir da inadequação de domicílios, é muito superior ao déficit quantitativo, ou seja, a necessidade de melhorias habitacionais sobrepõe a de construção de novas moradias. Assim, dentro do contexto da África, embora sejam propostas novas habitações para o reassentamento da população que ocupa as áreas de proteção ambiental, a

grande maioria do território carece de adequações nas moradias que sejam realizadas com o suporte de profissionais especializados.

Logo, considerando que o Plano prevê em suas estratégias a criação de um programa municipal de assistência técnica, esse programa deveria conter recursos e propostas para as intervenções continuadas de melhorias habitacionais. Assim, a equipe de AT iria fazer o levantamento e cadastramento das condições de precariedade das habitações, para que em seguida seja iniciado o processo de elaboração dos projetos em conjunto com os moradores. Desse modo, semelhante à ação de construção de novas habitações, seriam aproveitadas as ações de capacitação dos moradores para que estes pudessem executar as obras e serem remunerados pela Prefeitura, considerando que é papel do poder público promover melhores condições habitacionais.

Contudo, visualizando a possibilidade de um cenário em que não estariam disponíveis recursos municipais suficiente para compra dos materiais e para remuneração dos moradores, a equipe de AT atuaria junto com os moradores para criação de um fundo de microfinanciamento para auxiliar na aquisição dos materiais de construção a partir de recursos obtidos por meio de editais privados que apoiem o desenvolvimento de assentamentos informais. Somado a isso, tendo como referência o trabalho de assessoria técnica desenvolvido pela Arquitetura na Periferia em Belo Horizonte, Minas Gerais, seria disponibilizado um espaço para armazenamento e empréstimos de ferramentas que seriam utilizadas pelos moradores para execução das reformas. Essas soluções poderiam ser adotadas até que fosse possível obter recursos públicos para dar continuidade a essas ações, visto que esse tipo de intervenção é executado a longo prazo e conforme as condições de cada família.

Ao fim do eixo de habitação, a diretriz de fortalecimento dos mecanismos de gestão municipal e metropolitana prevê a regulamentação urbanística da lei da AEIS da África, com a redefinição da poligonal da área englobando toda o território da comunidade reconhecida pelos moradores. Além disso, a proposta também engloba a adoção de uma gestão metropolitana que envolva Extremoz, visto que parte da comunidade ocupa áreas desse município. Desse modo, para viabilizar essa ação é possível utilizar a Lei nº 13.089/2015, que institui o Estatuto da Metrópole (BRASIL, 2015), o qual estabelece diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas. É importante ressaltar que a regulamentação da AEIS apresenta um caráter de urgência, em virtude do andamento do processo de revisão do Plano Diretor apresentar propostas que podem estimular a especulação fundiária e gentrificação do bairro da Redinha, o que poderia ameaçar a permanência dos moradores na área da África.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, este artigo traz a participação social aplicada durante o TFG, que buscou desenvolver um plano popular utilizando metodologias de assessoria técnica para comunidades, como uma forma de contribuir para a compreensão de que, dentro desse contexto, o papel do arquiteto e urbanista é de desenvolver as ações com os moradores e não apenas para eles. Considerando que estas ações necessitam de um processo formativo próprio, destaca-se que Paulo Freire (1983), em seu livro “Extensão ou Comunicação”, afirma que o educador

(no nosso caso, o arquiteto) deve compreender que as pessoas com quem trabalha são tão agentes da mudança quanto ele e que é preciso adotar uma prática baseada no diálogo, que não invade, manipula ou conquista. Assim, ao reconhecer a importância dessa forma de atuação, pretendeu-se alcançar uma solução urbanística que dialogasse com os moradores e com as especificidades do território.

Desenvolver um processo de planejamento participativo durante uma pandemia foi uma forma de demonstrar, mais uma vez, que a participação popular é fundamental e deve ser incentivada em qualquer tipo de intervenção que interfira na vida das pessoas. É preciso deixar de lado qualquer tipo de superioridade associada ao conhecimento técnico para que esse saber possa ser utilizado na construção de cidades mais justas e que seja reconhecida a importância do trabalho conjunto com os moradores, para que seja alcançada a devida autonomia dessas pessoas enquanto “sujeitos de transformação do mundo” (FREIRE, 1983, p. 26).

Nesse contexto, é preciso reforçar que os processos de planejamento participativo demandam tempo e equipes técnicas multidisciplinares, sendo assim, foram aceitas as limitações impostas ao desenvolvimento deste Plano Popular Urbanístico. Contudo, essas limitações não foram capazes de invalidar o exercício acadêmico, dentro do qual considera-se que foi possível atingir todos os objetivos propostos inicialmente. A realização da leitura comunitária no contexto atual se caracteriza como uma grande conquista que possibilitou o desenvolvimento de propostas que respeitam as diversidades e particularidades do território, bem como as demandas dos moradores.

É válido destacar que, em virtude das carências observadas na África foram indicadas ações que pudessem atingir o maior número de aspectos possível, e ao fazer isso, deve-se reconhecer que parte dessas propostas provavelmente demandaria recursos e políticas públicas que vêm sendo frequentemente desmontadas dentro do cenário atual brasileiro. Assim, mesmo considerando esse contexto, durante o Plano foram previstas estratégias que representam a necessidade de constantes reivindicações que possibilitem o surgimento de novas políticas e programas de urbanização de favelas, que vão de encontro às diversas violações de direitos que estão sendo observadas atualmente. Propor soluções a longo prazo e que demandam muitos recursos não necessariamente significa fugir da realidade, mas criar estratégias para transformá-la, uma vez que é urgente que sejam pensadas outras formas de gestão urbana que levem em consideração todas as dimensões das cidades, e não apenas aquelas que são economicamente vantajosas.

Dentro dessa perspectiva, pode-se afirmar que este artigo buscou adotar uma postura de reconhecimento da importância dos assentamentos informais dentro da dinâmica das cidades, de forma que as intervenções foram estruturadas com o intuito de preservar a identidade da comunidade da África. Por fim, destaca-se a importância desse tipo de atuação dentro das Universidades para a formação de futuros arquitetos e urbanistas mais próximos do campo da Assessoria Técnica, que conheçam a realidade dos territórios populares e que compreendam a importância da construção coletiva para garantia do direito à cidade e do direito à moradia.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. Cartografias sociais e território – um diálogo latino-americano. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *Cartografia social, terra e território*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013. p. 15-40.

ARIMATEIA, Emmanuela Wanderly Campos. *O descompasso de uma experiência: avaliação do Programa Habitar Brasil na Comunidade África - Natal/RN*. 164 f. Dissertação (Mestrado) Arquitetura e Urbanismo - Forma Urbana e Habitação na Linha de Pesquisa Gestão e Políticas Físico-territoriais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

BRASIL. *Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012*. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938 (...); revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasil, 2012.

BRASIL. *Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015*. Institui o Estatuto da MetrÓpole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, p. 2, 13 jan. 2015.

BRASIL. *Lei Nº. 11.888, de 24 de dezembro de 2008*. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. Brasil, 2008.

BRASIL. *Lei Nº. 13.465, de 11 de julho de 2017*. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana (...); altera as Leis nºs. (...) 12.651, de 25 de maio de 2012 (...) e dá outras providências. Brasil, 2017.

BRASIL. *Resolução CONAMA Nº. 302, de 20 de março de 2002*. Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno. Brasil, 2002.

BUENO, Laura Machado Mello. *Projeto e favela: metodologia para projetos de urbanização*. 2000. 362 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2000.

CAMPOS, Gabriela de França Barros. *AEIS da África: estudos e diretrizes para sua regulamentação urbanística*. 2018. 173f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

DENALDI, Rosana; FERRARA, Luciana Nicolau. *A dimensão ambiental da urbanização em favelas*. Ambiente & Sociedade, v. 21, 2018.

FERREIRA, Glenda Dantas; SILVEIRA, Raquel Maria da Costa; LUZARDO, Lucas Costa Freire; ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento. *Políticas públicas, gestão democrática e urbanização de assentamentos precários: notas sobre o*

projeto África Viva – Natal/RN-Brasil. Anais da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís/MA, 2015.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 7ª ed.

FURUKAVA, Camila. *Zonas de proteção ambiental e projetos rodoviários: pressões e transformações entre a zona de proteção ambiental 9 e o projeto rodoviário da av. Moema Tinoco da Cunha Lima, Natal/RN. 246f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.*

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 8.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 27.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

NASCIMENTO, Denise Morado. O que é extensão? Incertezas e provocações. In: FERREIRA, Lara, OLIVEIRA, Paula, IACOVINI, Victor (orgs.). *Dimensões do Intervir em Favelas: desafios e perspectivas*. São Paulo: Peabiru TCA / Coletivo Lablaje, 2019. p. 241-246.

NATAL, Prefeitura Municipal do. *Lei Complementar Nº 07, de 05 de agosto de 1994*. Dispõe sobre o Plano Diretor de Natal e dá outras providências. Natal, 1994.

NATAL, Prefeitura Municipal do. *Lei Complementar Nº 082, de 21 de junho de 2007*. Dispõe sobre o Plano Diretor de Natal e dá outras providências. Natal, 2007.

NATAL, Prefeitura Municipal do. *Lei Complementar Nº 5.681, de 22 de setembro de 2005*. Define como Área Especial de Interesse Social para fins de regularização fundiária e urbanização o assentamento denominado favela África, localizado no bairro de Redinha Velha, zona urbana deste município. Natal, 2005.

NATAL, Prefeitura Municipal do. *Lei Orgânica do Município de Natal, de 03 de março de 1990*. Natal, 1990. BRASIL. Lei Nº. 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. Brasil, 2008.

NATAL, Prefeitura Municipal do. *Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS)*. Natal: IDESPPLAN, 2013.

RIO GRANDE DO NORTE. Poder Legislativo. *Lei Nº 12.620, de 17 de Maio de 1995*. Cria a Área de Proteção Ambiental (APA) Genipabu, nos Municípios de Extremoz e Natal e dá outras providências. Rio Grande do Norte, 1995.

ROCHA, Luis Renato Nogueira da. *Sobre como o poder público resolve a questão da moradia: a urbanização, a remoção e o reassentamento de favelas em Natal/RN (2001 - 2017)*. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos) -

Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Natal, 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO - SEMURB. *Proposta de Regulamentação da Zona Especial de Interesse Turístico 04 - ZET 4*. Relatório das Contribuições da Equipe Técnica do Departamento de Planejamento, Projetos e Patrimônio (DPPP) e Setor de Projetos e Planejamento Urbano e Ambiental (SPPUA). SEMURB, 2015.

SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso. *Depois das Fronteiras: A formação dos espaços de pobreza na periferia Norte de Natal – RN*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2003.

SPÖRL, Christiane; ROSS, Jurandy Luciano Sanches. *Análise comparativa da fragilidade ambiental com aplicação de três modelos*. GEOUSP-Espaço e Tempo, v. 15, p. 39-49, 2004.

STAKE, Robert E. *Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Porto Alegre: Penso Editora, 2011.

VBA CONSULTORES. *Relatório de Avaliação de Impacto Ambiental – RAIA – Comunidade África*. Prefeitura Municipal de Natal: Natal, 2005.